

Demonstrações Financeiras

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório dos Auditores Independentes

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório anual da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório de Gestão da Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Evolução do exercício

Durante o exercício de 2024, a atividade da Companhia consistiu na exploração do parque solar fotovoltaico denominado "Guimaranã I" no Estado de Minas Gerais. A sociedade gerou, durante o ano de 2024, 70,431 GWh.

Eventuais direitos de receber sobre os ressarcimentos relacionados aos efeitos do "Curtailment", medida que gera impactos nos resultados das operações de geração eólica de energia elétrica, não impactaram a Companhia, pois, não houve redução forçada ou interrupção da geração de energia pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) devido ao excesso de oferta de energia em relação à demanda, fato esse que seria o gatilho para o reconhecimento do referido direito. A administração segue acompanhando o desdobramento dessa matéria perante o STJ - Superior Tribunal de Justiça em função de liminar interposta pela Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

Essa geração, juntamente com a revisão da tarifa à qual a Companhia tem direito de acordo com seu contrato de Energia de Reserva, resultou em uma receita líquida de R\$31,08 milhões de reais, um aumento de 9% em relação ao exercício anterior.

O lucro operacional de R\$19,02 milhões de reais representa um aumento de 16% em comparação com o obtido no exercício anterior.

A administração da Companhia não prevê mudanças significativas na evolução futura de suas operações no próximo exercício.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guimaranã I Solar Energia SPE S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guimaranã I Solar Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.112	24.964
Contas a receber	5	3.280	2.657
Impostos a recuperar	10	36	36
Despesas antecipadas		2.331	1.811
Garantias e retenções contratuais debêntures	6	11.650	8.321
Outros ativos circulantes		40	40
Total do ativo circulante		46.449	37.829
Não circulante			
Imobilizado líquido	7	130.003	134.093
Total do ativo não circulante		130.003	134.093
Total do ativo		176.452	171.922
Passivo			
Circulante			
Debêntures	8	1.873	1.836
Financiamento	13	6.402	5.820
Fornecedores	9	1.808	2.023
Impostos a recolher	10	647	549
Partes relacionadas	11	20	23
Dividendos propostos	14	1.541	-
Obrigações com arrendamento	12	38	34
Outras contas a pagar	5	-	715
Total do passivo circulante		12.328	11.000
Não circulante			
Debêntures	8	19.809	20.518
Financiamento	13	97.055	98.459
Obrigações com arrendamento	12	4.083	4.121
Provisão para desmontagem da central solar	7	1.431	1.023
Total do passivo não circulante		122.378	124.121
Total do passivo		134.706	135.121
Patrimônio líquido			
Capital social	14	36.348	33.615
Prejuízos acumulados		-	(3.718)
Reserva legal	14	777	453
Reserva de expansão	14	-	6.451
Reserva de retenção de lucros	14	4.621	-
Total do patrimônio líquido		41.746	36.801
Total do passivo e do patrimônio líquido		176.452	171.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	15	31.088	28.429
Custos dos Serviços	16	(10.145)	(10.017)
Lucro Bruto		20.943	18.412
Despesas gerais e administrativas	17	(1.765)	(1.837)
Despesas tributárias	17	(152)	(192)
Outras despesas/receitas operacionais	18	-	10
Despesas operacionais		(1.917)	(2.019)
Lucro operacional		19.026	16.393
Despesas financeiras	19	(13.412)	(13.369)
Receitas financeiras	19	2.790	2.699
Resultado financeiro, líquido		(10.622)	(10.670)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.404	5.723
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.918)	(1.825)
Lucro líquido do exercício		6.486	3.898
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)		0,18	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	6.486	3.898
Resultado abrangente total	<u>6.486</u>	<u>3.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Expansão	Reserva de Lucros a realizar	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	33.615	453	6.451	-	(7.616)	32.902
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.898	3.898
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.615	453	6.451	-	(3.718)	36.801
Absorção de prejuízo	-	-	(3.718)	-	3.718	-
Aumento de capital (Nota 14)	2.733	-	(2.733)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.486	6.486
Reserva legal	-	324	-	-	(324)	-
Constituição de reserva	-	-	-	4.621	(4.621)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.541)	(1.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36.348	777	-	4.621	-	41.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.404	5.723
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos tributos com o fluxo de caixa:		
Depreciação	5.647	5.566
Juros sobre debêntures	1.215	1.234
Atualização monetária sobre debêntures	1.054	1.002
Amortização custos de captação de debêntures	62	64
Juros sobre financiamento	5.050	5.053
Atualização monetária sobre financiamento	4.958	4.934
Amortização custos de captação de financiamento	163	164
Juros sobre arrendamento	451	454
Despesa financeira sobre a provisão para desmontagem	152	155
	27.156	24.349
Contas a receber de clientes	(623)	(127)
Garantias e retenções contratuais	(3.329)	(519)
Outros ativos circulantes	(521)	(397)
Fornecedores	(218)	538
Outras contas a pagar	(715)	(546)
Impostos a recolher	98	119
Outras obrigações	(35)	(29)
Caixa proveniente das operações	21.813	23.388
Juros pagos de financiamento	(5.050)	(5.086)
Juros Pagos Debêntures	(1.220)	(1.256)
Juros pagos sobre arrendamentos	(451)	(454)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.918)	(1.825)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.174	14.767
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.301)	(909)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.301)	(909)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal – financiamento	(5.942)	(5.430)
Amortização de principal - Debêntures	(1.783)	(1.601)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(7.725)	(7.031)
Aumento de caixa e equivalente de caixa no exercício	4.148	6.827
Demonstração da variação do caixa e equivalente a caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.964	18.137
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.112	24.964
Aumento de caixa e equivalente de caixa	4.148	6.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Guimaranã I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada “Companhia” ou “Guimaranã I”, constituída no dia 22 de março de 2016 e sediada atualmente no município de Guimaranã, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos:

- (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominada Guimaranã I, localizada no município de Guimaranã, Estado de Minas Gerais, Brasil;
- (b) Administração de obras; e
- (c) Comércio atacadista de energia elétrica.

A Guimaranã I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica (“Planta”), por meio da portaria nº 70, de 13 de março de 2015, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação.

A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no nº 09/2015-ANEEL (8º LER/2015), destinado à contratação de energia elétrica de reserva, com um preço de venda fixado em R\$ 290,00/MWh. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de novembro de 2018, conforme Portaria MME nº 70/2015. Atualmente, conforme Relatórios de Energia de Reserva, o preço de venda é de R\$ 458,50/MWh. Conforme estabelece o Contrato de Energia de Reserva (“CER”), a definição do novo preço do MWh ocorreu após a definição do IPCA de outubro de 2024 já que o preço sofre atualização anual, sempre em novembro.

A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade “quantidade de energia”, com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

A Central Geradora Fotovoltaica conta com 30.000 kW de capacidade e instalada e 8.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW.

Eventuais direitos de receber sobre os ressarcimentos relacionados aos efeitos do “Curtailment”, medida que gera impactos nos resultados das operações de geração eólica de energia elétrica, não impactaram a Companhia, pois, não houve redução forçada ou interrupção da geração de energia pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) devido ao excesso de oferta de energia em relação à demanda, fato esse que seria o gatilho para o reconhecimento do referido direito. A administração segue acompanhando o desdobramento dessa matéria perante o STJ - Superior Tribunal de Justiça em função de liminar interposta pela Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica) e pela Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica).

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2025.

2.1. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera em caixa e equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e transformação. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida econômica útil dos ativos.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados todos os anos e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Bens	Vida útil (anos)
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5
Central Solar	30

2.4. Provisão de desmontagem da central solar

A provisão para desmontagem dos equipamentos que compõem a fonte solar fotovoltaica está relacionada aos custos futuros que serão necessários para tal em função de obrigação assumida e está classificada no ativo imobilizado e em conta específica de provisão.

Tais custos futuros foram determinadas e calculados por meio do método de fluxos de caixa futuros estimados, descontado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.6. Financiamento e debêntures

O financiamento e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamento e as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamento e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de financiamento diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de financiamento são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento.

A Companhia capitalizou os custos de financiamento para todos os ativos elegíveis a construção. A Companhia contabiliza em despesa os custos de empréstimo relativos a projetos de construção referentes ao período posterior ao início das operações.

2.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o lucro presumido como regime de tributação para apuração do imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base no percentual de presunção de 8% sobre o total do faturamento, posteriormente aplicado as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

2.8. Reconhecimento de receita

A receita operacional será reconhecida quando (i) sejam identificados os contratos com o cliente, (ii) identifiquemos as obrigações de desempenho no repasse do controle do bem, (iii) exista determinação do preço da transação, (iv) sejam alocados os preços das transações em função das obrigações de desempenho previamente definidas, (v) quando as obrigações de desempenho sejam satisfeitas com a transferência do bem.

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a) Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b) Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

2.9. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o

Guimarania I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

2.10. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas (Nota Explicativa N° 22).

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.11. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e garantias e retenções contratuais de debêntures. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

No que se refere aos passivos financeiros, foram classificados como mensurados ao custo amortizado (fornecedores e partes relacionadas) ou ao VJR (debêntures). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.12. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.13. Sazonalidade das operações

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

2.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, não possuindo outros segmentos de atuação.

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes

A companhia está avaliando os efeitos e não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

Guimarania I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- **CPC 02/IAS 21** - Ausência de conversibilidade.
- **CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia requer que a administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Provisões e contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias,

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A companhia não possui contingências e as provisões registradas no decorrer dos exercícios de 2024 se referem temas de manutenção da central solar, desmontagem da central solar, serviços de advogados e contabilidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	149	1.486
Aplicações financeiras	28.963	23.478
Total de caixa e equivalentes de caixa	29.112	24.964

Aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os dois períodos. Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor

5. Contas a receber

	2024	2023
Cientes	653	-
Notas fiscais pendentes de emitir (*)	2.627	2.657
	3.280	2.657
	2024	2023
Passivo		
Retenções clientes (**)	-	(715)
	-	(715)

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(**) Valor composto da apuração anual do saldo negativo decorrente da diferença entre o montante contratado e o montante de energia entregue pelo gerador no ano anterior ao ano corrente. O valor será ressarcido ao cliente em 12 parcelas mensais, sendo este descontado dos valores a receber da Receita Fixa do contrato.

6. Garantias e retenções contratuais das debêntures

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Conta Pagamento das Debêntures	1.040	980
Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures	1.723	1.598
Conta reserva do serviço da dívida BNDES	8.555	5.412
Conta reserva O&M	332	331
	<u>11.650</u>	<u>8.321</u>

As garantias e retenções contratuais das debêntures referem-se ao saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos, e à retenção constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos encargos da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures

As contas de “Reserva do serviço da dívida BNDES” e “Reserva O&M” contêm as garantias constituídas na emissão do financiamento tomado. Parte dos recursos recebidos são transferidos para a conta “Reserva do serviço da dívida BNDES” para suportar os compromissos mensais das amortizações do serviço da dívida do BNDES e eventual depósito de recursos para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos. O saldo conta “Reserva O&M” deve perfazer o montante equivalente a 3 meses de despesas decorrentes do contrato de operação e manutenção O&M.

O saldo de R\$ 11.650 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.321 em 2023), está composto por movimentações bancárias de cinco contas de *escrow* que contêm parte das garantias constituídas na emissão das debêntures mencionadas anteriormente.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A conta denominada reserva garantia debêntures, corresponde as seguintes contas:

- Conta denominada “Movimento” recebe a transferência do saldo remanescente da conta centralizadora.
- Conta denominada “Conta Pagamento das Debêntures” foi constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos juros da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures.
- Conta denominada “Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures” também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos.

7. Imobilizado líquido

a) Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2024

	Central Solar	Central Solar - Desmontagem	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2023	130.151	370	3.572	134.093
Adições	1.301	-	-	1.301
Remensuração	-	256	-	256
Depreciação	(5.461)	(45)	(141)	(5.647)
Saldo final em 31/12/2024	125.991	581	3.431	130.003
Custo total	160.351	807	4.278	165.436
Depreciação	(34.360)	(226)	(847)	(35.433)
Saldo líquido 31/12/2024	125.991	581	3.431	130.003
Vida útil em anos	30	30	30	

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Movimentações dos custos e depreciações do exercício de 2023

	Central Solar	Central Solar - Desmontagem	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2022	134.612	1.156	3.713	139.481
Adições	909	-	-	909
Remensuração	-	(731)	-	(731)
Depreciação	(5.370)	(55)	(141)	(5.566)
Saldo final em 31/12/2023	130.151	370	3.572	134.093
Custo total	159.050	551	4.278	163.879
Depreciação	(28.899)	(181)	(706)	(29.786)
Saldo líquido 31/12/2023	130.151	370	3.572	134.093
Vida útil em anos	30	30	30	

Em outubro de 2024 a administração reavaliou as premissas de taxa de inflação e taxa de desconto aplicadas estimativa da provisão de desmontagem e identificou a necessidade de remensuração dos cálculos de forma prospectiva, apresentando assim um efeito no valor presente de R\$ 256 em 31 de dezembro de 2024. A taxa de desconto utilizada para o recálculo é de 11,54% (12,1% em 2023) e o IPCA projetado a valor futuro é de 3,51% (3,2% em 2023). Com relação à vida útil, se mantém em 30 anos.

Movimentação da provisão de desmontagem:

Saldo em 1/1/2023	1.599
Remensuração	155
Atualização dos juros	(731)
Saldo em 31/12/2023	1.023
Atualização do juros	152
Remensuração	256
Saldo em 31/12/2024	1.431

Guimarania I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Debêntures

	2024	2023
Debêntures a curto prazo - principal	1.487	1.448
Juros a pagar sobre debêntures	445	450
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	(59)	(62)
Valor líquido	<u>1.873</u>	<u>1.836</u>
Debêntures a longo prazo - principal	20.065	20.833
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	(256)	(315)
Valor líquido	<u>19.809</u>	<u>20.518</u>

(*) Os custos indicados são compostos basicamente de despesas de registro de contratos de emissão, serviços de advogados, estudos de viabilidade, taxas e comissões de emissão.

Em 22 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a estruturação da 1ª emissão de debênture da Companhia, objetivando captar recursos para financiamento. Os recursos a serem captados por meio de emissão das debêntures serão integralmente utilizados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto.

A Guimarania I emitiu, em 23 de outubro de 2020, debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo um total de R\$21.500, sendo todo processo de emissão concluído no mesmo dia quando houve a liquidação financeira e os recursos captados foram disponibilizados à Companhia. A emissão foi realizada por meio de uma oferta com esforços restritos.

As debêntures serão amortizadas em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de fevereiro de 2021 e a última na data de vencimento das debêntures, em 15 de agosto de 2033. O valor das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sobre o saldo atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 5,57% (cinco inteiros e cinquenta e sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O contrato especifica as seguintes garantias, que deverão ser mantidas até o pagamento integral das debêntures:

- Penhor de primeiro grau, pelo Acionista, da totalidade das ações de propriedade do Acionista, e quaisquer outras ações, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, de emissão da Emissora, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer detidas pelo modo Acionista, durante a vigência do Contrato de Penhor de Ações, incluindo, mas não se limitando, na forma dos artigos 166, 167, 168, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, por força de desmembramentos ou grupamentos das ações, por consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as ações originalmente empenhadas, às quais ficará automaticamente estendido o penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições do Contrato de Penhor de Ações até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes das autorizações do Ministério de Minas e Energia; dos direitos creditórios provenientes dos CERs, bem como de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia celebrados ou que venham a ser celebrados no Ambiente de Contratação Livre ou no Ambiente de Contratação Regulado, decorrentes do Projeto; de quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto; dos direitos creditórios provenientes dos Contratos de Construção e do Contrato de O&M, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-los, e suas respectivas garantias; dos direitos creditórios das seguintes contas de titularidade da Emissora, conforme o caso: Contas Centralizadoras, Conta Pagamento das Debêntures, Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures e Contas Reserva de O&M.
- Penhor, dos bens descritos no Contrato de Penhor de Máquinas e equipamentos.

Esse contrato possui determinadas condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base nos índices financeiros abaixo:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,2;

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de 2024 foi 1,69.

Mapa de movimentação das debêntures

Saldo em 1 de janeiro de 2023	22.912
Juros pagos	(1.256)
Juros sobre as debêntures	1.234
Atualização monetária sobre as debêntures	1.001
Pagamento principal	(1.601)
Custo de captação amortizado no exercício	64
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.354
Juros pagos	(1.220)
Juros sobre as debêntures	1.215
Atualização monetária sobre as debêntures	1.054
Pagamento principal	(1.783)
Custo de captação amortizado no exercício	62
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.682

9. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores	1.288	1.424
Provisões	520	599
	1.808	2.023

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de 2024 e 2023, relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com manutenção da central solar, serviços de advogados e contabilidade.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Impostos a recuperar e a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outros impostos a recuperar	36	36
Impostos a recuperar	<u>36</u>	<u>36</u>
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
PIS/COFINS	215	176
IRPJ/CSLL	355	289
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	76	84
	<u>646</u>	<u>549</u>

11. Partes relacionadas

Detalhe relativo aos saldos de contas a pagar e contas a receber com partes relacionadas:

	Passivo		
	circulante	Receitas	Despesas
Vinculadas:			
Gás Natural do Brasil S.A. (1)	20	-	261
Global Power Generation, S.A (1)	-	-	31
Em 31 de dezembro de 2024	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>292</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>23</u>	<u>1</u>	<u>284</u>

(1) Despesas associadas à manutenção da planta solar.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes dos serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

12. Obrigações com arrendamentos

A Companhia possui apenas arrendamento com terrenos onde a planta de geração de energia fotovoltaica está instalada. O prazo de arrendamento não cancelável foi estipulado em contrato com terceiros no total de 30 anos.

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos do grupo no valor de 11,45%.

A tabela abaixo evidencia o prazo e respectiva taxa:

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos contratos</u>	<u>Taxa % a.a</u>
30 anos	11,45

A Companhia reconheceu ativo classificado como direito de uso no ativo imobilizado, em função dos terrenos arrendados em contrapartida do passivo de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	<u>Tipo de taxa</u>	<u>Taxa efetiva a.a. (%)</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Terrenos	Fixa	11,45	38	4.083	4.121
Total - obrigação por arrendamento			38	4.083	4.121

Demonstramos abaixo os saldos de obrigações por arrendamento em 31 de dezembro de 2023:

Guimarania I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Tipo de taxa	Taxa efetiva a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	34	4.121	4.155
Total - obrigação por arrendamento			34	4.121	4.155

13. Financiamento

No dia 28 de dezembro de 2018, foi assinado um contrato de financiamento com o Banco BNDES e previa a disponibilização em regime solidário às Companhias Guimarania I e II de R\$196.783. Em julho de 2019, a Companhia recebeu o crédito proporcional, nos moldes especificados no contrato no valor de R\$ 98.391. A devolução foi fixada em 212 mensalidades, com início em 15 de setembro de 2019. O vencimento foi fixado para 15 de abril de 2037.

No que se refere aos juros, possuem uma taxa prefixada de 2,98% ao ano, com aplicação do IPCA e spread do BNDES de 1,86% ao ano.

O valor recebido foi destinado à implantação da UFV GUIMARANIA I, com 31 MW de capacidade instalada e seu respectivo sistema de transmissão.

O contrato especifica as seguintes garantias, que deverão ser mantidas até o pagamento integral do empréstimo:

- Penhor das ações representativas do capital social da Companhia, por parte da Global Power Generation, S.A.;
- Penhor dos módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao projeto;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes do contrato com a CCEE, outros que venham a ser reconhecidos mediante contratos no ambiente de livre contratação ou ambiente regulado ou contratos de mutuo; outros direitos relativos a operações no mercado a curto prazo ou operações de teste; os relativos às contas centralizadoras e reserva e finalmente os direitos emergentes das autorizações da ANEEL e MME.

Com relação aos covenants aplicáveis no contrato:

A Companhia não deve destinar quaisquer recursos aos acionistas, diretos e/ou indiretos, e/ou à pessoas físicas ou jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, bem como não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio acima do mínimo de 25% do lucro ajustado do exercício, salvo (i) prévia e expressamente autorizado pelo BNDES; (ii) na hipótese de

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

pagamento de mútuos já existentes com anterioridade ao contrato; ou (iii) se verificada, cumulativamente, a ocorrência dos itens abaixo:

- verificação da conclusão do projeto;
- atendimento do ICSD, no exercício anterior, no mínimo, igual ou superior a 1,30;
- preenchimento das contas reserva, com os respectivos saldos mínimos;
- comprovação de geração mínima consolidada de 137,9 GWh no período de 12 meses anteriores à distribuição; e inexistência de inadimplemento por parte da Companhia e de sua controladora das suas obrigações contratuais perante o BNDES

Com relação às contas reserva O&M, devem manter um saldo mínimo equivalente à 3 meses de despesas decorrente do contrato de operação e manutenção com Solarig Brasil Serviços em Engenharia Ltda. As contas denominadas, contas reserva do serviço da dívida BNDES, deverão manter os seguintes saldos mínimos:

- até o pagamento da primeira prestação de serviço da dívida do BNDES, o valor necessário para perfazer o montante equivalente a, no mínimo, 3 vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES vincenda;
- após o pagamento da primeira prestação de serviço da dívida do BNDES e até a liquidação de todas as obrigações garantidas, o valor necessário para perfazer o montante equivalente a, no mínimo, 3 vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES vencida; e
- 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida vencida, caso o ICSD seja inferior a 1,30.

De acordo com as cláusulas do contrato, a obrigação de apresentação de ICSD se inicia em 2021.

O saldo relativo ao financiamento, se divide da seguinte forma:

	2024	2023
Financiamento a curto prazo - principal	6.370	5.793
Juros a pagar sobre financiamento	189	190
Custos a amortizar (*)	(157)	(163)
	6.402	5.820
Financiamento a longo prazo - principal	98.120	99.682
Custos a amortizar (*)	(1.065)	(1.222)
	97.055	98.460

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

(*) Os custos indicados são compostos basicamente de despesas de registro de contratos de emissão, serviços de advogados, estudos de viabilidade, taxas e comissões de emissão

A movimentação do financiamento da companhia está demonstrado a seguir:

Saldo em 1/1/2023	104.643
Juros provisionados	5.053
Atualização monetária	4.934
Amortização principal	(5.430)
Juros pagos	(5.086)
Custos amortizado	164
Saldo em 31/12/2023	104.278
Juros provisionados	5.050
Atualização monetária	4.958
Amortização principal	(5.942)
Juros pagos	(5.050)
Custos amortizado	163
Saldo em 31/12/2024	103.457

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$36.348 (R\$33.615 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 53.615 mil ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é resumida a seguir:

	Quantidade de ações	%
Global Power Generation, S.A.	53.615.137	99,999998%
Operación Y Mantenimiento Energy, S.A.	1	0,000002%
	53.615.138	100%

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2024 aprovou a absorção do valor correspondente ao saldo de prejuízos acumulados de R\$ 3.718 da conta de Reserva de Expansão da Companhia.

Aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.733, mediante a utilização de saldo remanescente da conta de Reserva de Expansão da Companhia, passando o capital social de R\$33.615 para R\$36.348, não modificando o número de ações da Companhia.

Movimentação da reserva de expansao

Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.451
Absorção de prejuízo	(3.718)
Aumento de Capital	(2.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Com relação à destinação dos lucros, foi definido o seguinte:

	2024
Lucro líquido do exercício	6.486
Constituição da reserva legal – 5%	(324)
Base de cálculo dos dividendos	6.162
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(1.541)
Transferencia para reserva de lucros a realizar	4.621

Guimarania I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Reservas de lucros

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) Reserva de lucros a realizar

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos do Grupo, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

iii) Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios referem-se a 25% do lucro líquido ajustado, ou seja, após a constituição da reserva legal.

15. Receita operacional líquida

A composição da receita é a seguinte:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Análise de receita por categoria		
Receita de venda de energia	32.266	30.120
Serviços prestados e não faturados	-	128
Ressarcimento de venda de energia CER (*)	-	(715)
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(1.178)	(1.104)
	<u>31.088</u>	<u>28.429</u>

(*) O Ressarcimento é a apuração anual do saldo negativo decorrente da diferença entre o montante contratado e o montante de energia entregue pelo gerador no ano anterior ao ano corrente.

(**) PIS (0,65%) COFINS (3%).

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16. Custo dos serviços

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depreciação	(5.647)	(5.566)
Acesso ao sistema de distribuição	(1.807)	(1.872)
Serviços corporativos	(361)	(334)
Energia elétrica	(88)	(48)
Operação e manutenção	(2.242)	(2.197)
	<u>(10.145)</u>	<u>(10.017)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Impostos e taxas	(152)	(192)
Serviços de terceiros	(869)	(918)
Seguros	(748)	(793)
Outras despesas operacionais	(148)	(126)
	<u>(1.917)</u>	<u>(2.029)</u>

18. Outras despesas e receitas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras receitas (*)	-	10
	<u>-</u>	<u>10</u>

(*) Receita de 2023 referente a variação cambial ativa.

19. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto sobre operações financeiras	(63)	(74)
Despesas bancárias	(240)	(229)
Juros sobre financiamento	(5.050)	(5.053)
Atualização monetária juros sobre financiamento	(4.958)	(4.934)
Juros sobre arrendamento	(451)	(454)
Custo amortizado financiamento	(163)	(164)
Juros sobre debêntures	(1.215)	(1.234)
Custo amortizado debêntures	(62)	(64)
Despesa provisão de desmontagem	(152)	(155)
Atualização monetária das debêntures	(1.054)	(1.002)
Outras despesas	(3)	(5)
Variacao cambial passiva	(1)	-

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

No quadro a seguir detalhamos a despesa de IRPJ e CSLL calculada pelo regime de Lucro Presumido:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de Venda de Energia	32.266	30.121
Percentual de Presunção 8%	2.581	2.410
Percentual de Presunção 32%	-	-
Outras Receitas	-	10
Receitas Financeiras	2.790	2.699
Base de Cálculo	5.371	5.120
Imposto de Renda - 15%	805	768
Adicional - 10%	513	488
TOTAL Imposto de renda	1.318	1.256
Receita de Venda de Energia	32.266	30.121
Percentual de Presunção 12%	3.872	3.615
Percentual de Presunção 32%	-	-
Outras Receitas	-	10
Receitas Financeiras	2.790	2.699
Base de Cálculo	6.662	6.325
Contribuição Social - 9%	600	569
TOTAL Contribuição Social - 9%	600	569
TOTAL Imposto de renda	1.318	1.256
TOTAL Contribuição social	600	569

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

21. Contingências

A Companhia não possui contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista nos exercícios de 2024 e 2023.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

22. Instrumentos Financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil			
	Ativos/Passivos financeiros a custo amortizado	Obrigatoriamente a VJR - outros	Ativos/Passivos financeiros a custo amortizado	Obrigatoriamente a VJR - outros
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	29.112	-	24.964	-
Contas a receber	3.280	-	2.657	-
Garantias e retenções contratuais debêntures	11.650	-	8.322	-
	44.042	-	35.943	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Fornecedores	1.808	-	2.023	-
Partes Relacionadas	20	-	23	-
	1.828	-	2.046	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Debêntures (Nível 1)	21.682	-	22.354	-
Financiamento	103.457	-	104.279	-
	125.139	-	126.633	-

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Guimaranã I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

ANDRE LUIS FONSECA SERGIO
Diretor Presidente

ANDRÉ RICARDO DANNEMANN
Contabilista responsável
Contabilista - CRC-1SP274400/O-5